

# Reflexões sobre memória e esquecimento no estudo dos desastres socioambientais

Reflections on memory and forgetting in the study of socio-environmental disasters

Alfredo Ricardo Silva Lopes

Doutor em História

Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC),  
Departamento de Educação do Campo, Florianópolis, Santa Catarina

[alfredo.lopes@ufsc.br](mailto:alfredo.lopes@ufsc.br)

<https://orcid.org/0000-0003-2884-1701> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo 

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma discussão conceitual sobre o uso de fontes orais nos estudos dos desastres socioambientais. Nesse percurso, discute-se a mobilização da memória e os embates com o esquecimento. No atual contexto das mudanças climáticas, observa-se o aumento da ocorrência e do impacto dos desastres, o que gera também a ampliação das experiências e das memórias relacionadas a esses eventos extremos. A História Ambiental tem se debruçado sobre o tema desde seu surgimento, na década de 1970, mas foi apenas recentemente que o conceito de desastre socioambiental passou a ser utilizado pelo campo, especialmente no Brasil. A entrevista com sobreviventes de desastres socioambientais é defendida, neste trabalho, como uma estratégia de pesquisa que permite superar a hegemonia da análise quantitativa, possibilitando um mergulho na subjetividade dos entrevistados e em suas percepções sobre o ambiente. No entanto, devem ser consideradas as articulações entre percepção, memória e narração na composição do testemunho, bem como questões éticas envolvidas na rememoração de eventos traumáticos pelos sobreviventes.

**Palavras-chave:** História Ambiental; Desastre Socioambiental; Memória; Esquecimento.

**Abstract:** This paper presents a conceptual discussion on the use of oral sources in the study of socio-environmental disasters. Along this path, it addresses the mobilization of memory and the struggles against forgetting. In the current context of climate change, the increasing frequency and impact of disasters has also led to a broadening of experiences and memories related to these extreme events. Environmental History has engaged with this theme since its emergence in the 1970s, but it is only more recently that the concept of socio-environmental disaster has been adopted within the field, particularly in Brazil. This study argues that interviews with survivors of socio-environmental disasters constitute a research strategy capable of overcoming the hegemony of quantitative analysis, enabling a deeper engagement with the subjectivity of interviewees and their perceptions of the environment. However, the interplay between perception, memory, and narration in the composition of testimony must be considered, as well as the ethical issues involved in the recollection of traumatic events by survivors.

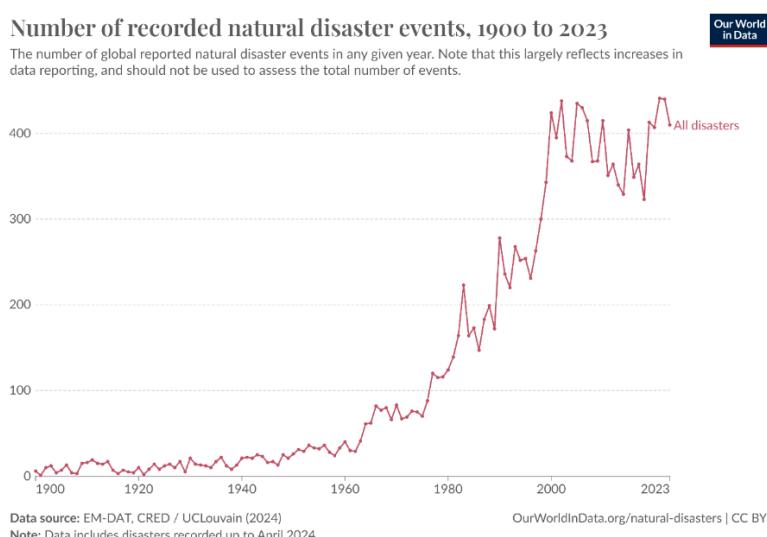
**Keywords:** Environmental History; Socio-environmental Disaster; Memory; Forgetting.

## Introdução

No atual cenário de mudança climática os desastres não podem ser compreendidos como acontecimentos episódicos. Nesse contexto, surge ainda a necessidade de considerar os eventos calamitosos como mais uma das consequências da forma como os seres humanos interagem com o ambiente. A certeza dessa relação entre o aumento nos desastres e os impactos da ação humana surge em virtude da maneira como foi estruturado o uso dos recursos naturais do planeta.

O aumento das ocorrências de desastres é um fenômeno que abarca o globo. Como destacam Hannah Ritchie e Pablo Rosado (2024), apesar de olhar para os desastres como naturais, é inegável o aumento na ocorrência dos eventos em escala mundial a partir da década de 1960. Mesmo que antes disso a frequência também indicasse crescimento, é a partir do período chamado de Grande Aceleração (McNeill; Engelke, 2016) que os desastres passam a ocorrer em um ritmo alarmante. Segundo os autores, depois da Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento sem precedentes em diversos indicadores socioeconômicos e biofísicos, tais como o uso de energia, a produção de alimentos, o consumo de água, a urbanização, as emissões de gases de efeito estufa, a perda de biodiversidade, entre outros. Para John McNeill e Peter Engelke, esse crescimento rápido está interligado às atividades humanas que alteraram profundamente o planeta, sendo um dos principais sinais do início do Antropoceno (2016).

Gráfico 1 – Desastres registrados entre 1900 e 2023.



Fonte: Ritchie; Rosado (2024).

[Descrição da imagem] Gráfico que mostra o total de desastres naturais registrados por ano desde 1900 até 2023. Até os anos 1980, eles não passavam de 100 por ano com registros oficiais. A partir da década de 1980, e especialmente a partir dos anos 2000, a quantidade registrada de desastres naturais sobe para mais de 300 por ano. Em 2023, ultrapassam os 400 por ano [Fim da descrição].

A partir dessa perspectiva, o desastre passa a ter uma formulação nova: a de que não existe um evento calamitoso, de origem natural ou não, que não seja produzido ou potencializado pela maneira com os seres humanos habitam o planeta na atualidade. A responsabilidade humana na produção e/ou na forma com que a sociedade lida com a ocorrência está no cerne da discussão carregada pelo conceito *Desastre Socioambiental*.

Ao partir da premissa de que desastres são eventos totalizantes, em que se desenvolvem todas as dimensões da vida em sociedade (Oliver-Smith, 1999, p. 20), eles não podem ser entendidos como um único acontecimento, momento que a ordem social criada pela espécie humana encontra uma disruptão. O conceito de desastre socioambiental permite compreender o acontecimento em sua complexidade, especialmente a de ordem temporal, ao integrar o desastre a forma como os seres humanos interagem com o ambiente.

O primeiro livro de História Ambiental a avaliar os eventos extremos a partir do conceito de desastres socioambientais foi organizado por Eunice Sueli Nodari, Marcos Aurélio Espíndola e Alfredo Ricardo Silva Lopes (2015). *Desastres Socioambientais em Santa Catarina* (2015) apresenta uma série de desastres e processos de degradação ambiental que ocorreram no estado. Os objetos de análise vão de acontecimentos episódicos como o Furacão Catarina de 2004 às “rotineiras” enchentes do Vale do Itajaí, em 14 capítulos que compartilham o entendimento sobre a construção social dos desastres ao longo dos anos. Os organizadores esclarecem o conceito de Desastre Socioambiental que serve de base para toda uma tradição historiográfica nos seguintes termos (Nodari et al., 2015, p. 7):

Nossa perspectiva de entendimento conceitual sobre problemáticas de desastres socioambientais advém do entendimento de como o fenômeno é, enquanto um evento em diferentes escalas, ao mesmo tempo de origem física e humana. Sob essa perspectiva, a natureza hoje existente é resultado também da ingerência humana, que rompe uma pretensa “normalidade” anterior estabelecida no tecido social, caracterizando a contraditória relação homem/natureza. As discussões em relação aos processos de apropriação da natureza na área das ciências humanas somam-se, em grande parte, à ansiedade em relação aos problemas ambientais contemporâneos.

A discussão sobre Desastres Socioambientais ganha outros contornos com o debate de outro conceito chave para as questões ambientais, o Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000). A premissa defende que, pela primeira vez na história da Terra, em seus 4,5 bilhões de anos, uma das 1,2 milhões de espécies de seres vivos catalogadas tem a capacidade de modificar as dinâmicas biogeofísicas do globo. A conjuntura se estabelece

em função da capacidade de apropriação de recursos naturais pelo *Homo sapiens* que, por meio da industrialização, organizou regimes automatizados de conversão energética, inicialmente de biomassa, depois combustíveis fósseis, até energia nuclear e solar. Apesar da Comissão Interacional de Estratigrafia ter rejeitado a proposta de formalizar o Antropoceno como era geológica em 5 de março de 2024, diversas disciplinas continuam a usar o conceito e até mesmo disputá-lo. Apesar de ter sido rejeitado como era geológica, o Antropoceno acena como um momento da história humana e mais que humana, especialmente considerando as Fronteiras Planetárias – os limites para o uso sustentável do planeta serem, desde meados do século XX – ameaçadas pelos seres humanos.

A História Ambiental surge com a premissa de tornar o campo de conhecimento da História mais inclusivo (Worster, 1991), ao incorporar a materialidade da vida como sujeito e/ou fonte histórica. Fruto das discussões do ambientalismo, a abordagem da década de 1970 buscava suprimir a “superioridade humana” do especismo inscrita nas narrativas históricas e encorajar discussões que privilegiassem o protagonismo da natureza, sempre levando em consideração a interrelação de ambiente e seres humanos. O grande desafio da História Ambiental está em superar as visões rígidas e dualistas natureza-sociedade (Pádua, 2010), no intuito de produzir uma visão integrativa e dinâmica da escrita da história. O Antropoceno, nesse sentido, oferece uma nova perspectiva para análise, ao forçar o olhar para o protagonismo humano dentro da História Ambiental.

Além dessas premissas, na pesquisa sobre Desastres Socioambientais, a metodologia da História Oral pode permitir o contato com as mais diversas subjetividades humanas produzidas nessa interação com o ambiente. O uso dessa ferramenta para produção de fontes históricas permite o contato com as mais diferentes compreensões humanas sobre o ambiente e seu funcionamento, dado o limite das ciências naturais em produzir dados eminentemente quantitativos. Entrevistas de História Oral permitem, assim, o uso do conhecimento de atingidos para formular políticas públicas que efetivamente tenham resultado no curto prazo. Neste artigo, as discussões sobre o uso da História Oral ocorrem a partir da reflexão e experiência do autor no uso de fontes orais há quase 20 anos, por isso não serão trazidos depoimentos específicos, mas, sim, as problematizações teóricas e éticas da produção de fontes orais.

Cabe destacar que, de maneira consciente, este artigo discute exclusivamente o uso das fontes orais não por acreditar que a utilização exclusiva dessa fonte ocorra pela crença de que os testemunhos orais são a “verdade que emana do povo” – muito comum nos estudos da década de 1980 no Brasil – mas pelo contato com as mais variadas experiências e memórias que não são encontradas nos registros escritos.

As considerações aqui levantadas são fruto de reflexões sobre a prática de pesquisa das entrevistas realizadas de 2011 e até o presente. Tal reflexão é consequência do amadurecimento no uso da metodologia de pesquisa e no estudo dos eventos extremos e é por isso que não serão trazidos depoimentos específicos. Dada à complexidade da temática e a natureza traumática dos desastres, o contato inicial com os entrevistados era realizado da maneira mais clara possível. Destacava-se se tratar de uma pesquisa sobre as memórias dos desastres que incidiram sobre a região e, nesse caso, toda memória seria importante.

A contribuição que este artigo tem a oferecer para a História Ambiental e para a História Oral é levar em consideração a relação humana com o espaço. No que tange à preocupação de fazer da disciplina Histórica mais inclusiva, as fontes orais permitem um mergulho na rara subjetividade que emerge nos momentos de crise. Ao se avaliar as transformações metodológicas da História Oral, ainda não foi articulada as limitações impostas à memória a parcialidade da percepção.

## **Memória Coletiva e História Oral**

A obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva* publicada originalmente em 1950, cinco anos após sua morte, é basilar para os estudos sobre a memória nas Ciências Humanas. O pensamento de Halbwachs se apresentou como contraposição às tendências filosóficas e sociológicas tributárias do idealismo e mecanicismo que dominavam a cena intelectual dos primeiros anos do século XX. Principalmente buscava se opor ao materialismo de Henri Berson.

Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória, então, é sempre constituída em um grupo, mas nunca deixa, também, de ser trabalho do sujeito.

Nesse caminho, a memória é constituída como uma atividade de reconhecimento e reconstrução definido pela articulação das lembranças. O trabalho da memória é, também, tornar presente um conjunto de testemunhos para dar sentido ao tempo atual. A memória coletiva passa a ser o trabalho que um determinado grupo realiza a fim de articular e localizar as lembranças em um “acervo” comum (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 291).

Jacques Le Goff (2003) oferece uma definição para o conceito de memória que estabeleceu após a década de 1980, principalmente com a retomada das pesquisas sobre

os relatos de guerra. Como aponta o historiador francês em *História e Memória* (2003, p. 9):

[...] a ciência histórica define-se em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, ‘se testemunha’. [...] Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, eu senti’.

Dessa forma, a história-testemunho jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica, no momento em que os autores produziam as suas obras. Durante a década de setenta na França, assistiu- se ao surgimento desse tipo de preocupação. Segundo Le Goff (2003, p. 9), “devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração”. Le Goff (2003) veicula as sobreposições não hierárquicas entre a memória individual e a memória coletiva como essenciais à formação do que se convencionou chamar identidade, cuja busca é uma afinidade dos indivíduos na sociedade de hoje. Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar história de memória, apesar de serem vistas por Pierre Nora (1993) em lados opostos, em que a memória seria um fenômeno social em constante evolução, portanto sempre aberta a transformações dialéticas da lembrança e do esquecimento; a história, por outro lado seria uma representação do passado (Nora, 1993). Para o historiador, que problematizava no final da década de 1980 os excessos da memorialização história francesa, enquanto a memória se alimenta de lembranças vagas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, a história por ser uma operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico (Nora, 1993, p. 9).

Os relatos memorialísticos focalizam as “histórias dentro da história”; esta afirmação baliza-se nas considerações de Vera Alberti em *Fontes Históricas* (2006). Para a autora, um acontecimento vivido tem que ser narrado para que seja transmitido. Nesse processo, o entrevistado seleciona e organiza o que foi vivido através da linguagem para conferir sentido à experiência vivida. A busca por sentido existe tanto nas narrativas literárias, quanto nas não literárias, como a narrativa oral, por exemplo (Alberti, 2006, p. 171).

Nesse ponto, as considerações de Antonio Torres Montenegro (2010), inicialmente balizadas pelo estudo de Walter Benjamin, *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, levantam a discussão sobre a arte de intercambiar experiências. Em *História, metodologia, memória* (2010), Montenegro percorre sua trajetória de pesquisador discutindo e problematizando metodologicamente as diferentes situações que encontrou nessa caminhada intelectual.

Montenegro (2010) afirma que Benjamin temia a modernidade pois foi com a invenção da imprensa que o romance pôde se difundir. Este processo seria o “sinal fundamental dessa perda do caráter narrador, que se revelaria tanto no romance quanto na própria imprensa”, pois esses nem:

[...] ‘procedem da tradição oral nem a alimentam’. Nesse sentido, ainda, a própria imprensa, voltada predominantemente para a transmissão de informações, seria incapaz de alargar essa forma de comunicação de saberes, uma das dimensões fundadoras do narrador (Montenegro, 2010, p. 49-50).

Isso ocorre pelo fato de que, segundo Benjamin (1985, p. 201), “[...] a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”. Montenegro (2010) não se apropria dos “medos” de Benjamin, não por falta de sensibilidade ou por possuir uma postura “oficialesca” da história. O medo de Benjamin da esterilização da experiência repousava na crença de que a memória, como elemento marginalizado do fazer histórico, pudesse trazer à tona a história dos vencidos e fazer uma história mais verdadeira. Montenegro não se apropria do discurso do marginal como verdade indiscutível, ele se apropria deste discurso como mais uma verdade, que constitui uma totalidade fechada em si mesma, mas que dialoga com outras memórias nas mais diversas formas de se compartilhar a experiência.

A filósofa Jeanne-Marie Gagnebin (2006) se vale das reflexões de Benjamim para debater memória, esquecimento e narrativa, ao enfatizar a necessidade de “não esquecer dos mortos, dos vencidos, não calar mais uma vez suas vozes” (Gagnebin, 2006, p. 11). Mas destaca uma outra influência, busca seguir as pegadas de Nietzsche para “não cair na ilusão narcísica de que a atividade intelectual e acadêmica possa encontrar sua justificação definitiva nesse trabalho de acumulação” (Gagnebin, 2006, p.12), pois a vida no presente também exige que se saiba esquecer.

Essa noção de uma memória que saiba equilibrar a ânsia de lembrar com a necessidade de esquecer repousa sobre as leituras de Paul Ricoeur, principalmente de *A memória, a história, o esquecimento* (2007). Na obra, tida como “summa” das pesquisas do filósofo, dentre outras coisas, debate a ideia de que a memória pode atuar como remédio e como veneno, fazendo alusão às considerações de Platão em Fedro. A “justa memória” vem em resposta à exacerbação dos lugares de memória, que se perdem na demasiada comemoração e, portanto, conservação de algumas memórias em especial. A ideia de uma política justa da memória também dialoga com a aspiração do “dever de memória” fruto do Holocausto Nazista, que não abdica a presentificação do trauma, como se a vida

não pudesse seguir adiante, ficando presa à presentificação de narrativas que nunca darão conta de explicar os horrores vividos.

As considerações de Henri Bergson em *Matéria e Memória* buscam dar conta do papel do corpo no surgimento da representação, onde a percepção é analisada no plano psicofísico e caracterizada por atender às necessidades do ser vivo. A proposta do filósofo francês, com base no conhecimento fisiológico do início do século XX, era entender o papel da percepção no jogo do conhecimento (Andrade, 2009).

Para tanto destaca a diferença de natureza entre percepção e memória, pois a afirmação de que a lembrança é percepção enfraquecida, é uma premissa do idealismo. Para Bergson parte de uma premissa materialista, onde “portanto, a menor mudança que ocorra entre meu corpo e os objetos exteriores acarretará também numa mudança imediata dos movimentos internos dos meus centros perceptivos, e consequentemente da minha percepção” (Bergson, 2010, p.81).

Um dos pontos centrais na teoria de percepção em Bergson é a ideia da parcialidade da percepção, para o filósofo é impossível que um determinado corpo consiga captar e compreender a totalidade do mundo material. “Nossa percepção da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa às nossas necessidades e, de maneira mais geral, nossas funções” (Bergson, 2010, p.35). Desta forma, tanto o aparato fisiológico, quanto as necessidades determinadas pelos indivíduos e ferramentas culturais, servem para direcionar e moldar as percepções em nível individual, portanto subjetivo.

O filósofo francês Jacques Rancière, em *A partilha do sensível* (2005), ao tratar do uso político da estética por movimentos artísticos, desenvolveu o conceito ambíguo da partilha do sensível. Onde a partilha do sensível é o que dá forma à comunidade, sendo que partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação (Rancière, 2005, p.17). Dessa forma, a polissemia do termo partilha se presta tanto para fazer referência ao indivíduo e sua subjetividade, quanto a um grupo de indivíduos que compartilha formas se sentir, portanto perceber a realidade que os cerca.

Nesse sentido, com base nas diversas relações que compõem as formas de sentir e perceber, não se pode desenhar uma linha clara que demarque a força do individual e/ou do coletivo na produção de memórias. Contudo, faz-se necessário tratar do lugar da percepção na composição da memória e de como questões de ordem social e cultural também contribuem na e para formação de quadros de compreensão dos eventos catastróficos. Segundo a metodologia da percepção geográfica de Burton e Kates (2004), alguns fatores são preponderantes para o exercício de apreensão das características do

ambiente. Tais fatores são: 1) frequência: quando é baixa como no caso do Furacão Catarina de 2004 no Brasil, a ameaça ou os futuros perigos são vistos como remotos, ao invés de reais e imediatos; 2) importância e/ou consequência: dependendo do número de mortes ou da magnitude das perdas materiais, o desastre é subestimado ou superestimado; 3) adaptação ou relutância: eventos contíguos requerem dos indivíduos estratégias para mitigar a dimensão do desastre, quando a relutância supera a produção de iniciativas os desastres tendem a ser super dimensionados; e 4) (des)informação: esta noção abarca toda uma gama de conhecimentos que vão desde as características do meio onde os indivíduos estão inseridos, passa pela noção da interação com o ambiente e a possível (re)produção social dos desastres e vai até a quantidade e qualidade da informação que um determinado grupo possui sobre o meio e as intempéries climáticas.

O esquecimento como elemento necessário à vida também é analisado neste trabalho tendo em vista as memórias dos desastres. O filósofo Friedrich Nietzsche ao discutir com os historiadores hegelianos do séc. XIX defendia a necessidade do esquecimento, em contrapartida ao historicismo que aspirava totalidade e unidade. Essa totalidade, enquanto conceito chave estava pautada na aspiração de dar conta da história, “é a partir dele [o esquecimento] que se pode demarcar a infância, a maturidade e a velhice da humanidade” (Sobrinho, 2005, p. 36).

A estes chamados espíritos históricos; o espetáculo do passado os lança para o futuro, inflama sua coragem de viver e de lutar cada vez mais, ilumina neles a esperança de que a justiça está por vir, que a felicidade os espera do outro lado da montanha que eles pretendem escalar. Esses espíritos históricos acreditam que o sentido da existência se revela progressivamente no curso de um processo; eles só olham para trás para compreender o presente à luz do caminho já percorrido e para aprender a desejar mais ardente mente o futuro; eles não sabem o quanto apesar de todo o seus conhecimentos históricos, pensam em agem de maneira a-histórica, não sabem o quanto sua atividade de historiador é ela própria comandada pela vida, e não pela pura busca do conhecimento (Nietzsche, 2005, p. 79).

Para o filósofo alemão, o esquecimento enquanto necessidade surgia em virtude da monumentalização do passado produzida pelos historiadores. A crítica buscava contrapor a valorização de determinadas tradições, que degeneravam a história “a partir do momento em que não é mais animada e inspirada pelo sopro vivificante do presente” (Nietzsche, 2005, p. 95). As reflexões propostas por Nietzsche no final do século XIX podem parecer pontos já aceitos e sedimentados no seio da historiografia, entretanto, por

mais que matrizes teleológicas sejam atualmente refutadas, a ideia de progresso ainda é central como elemento constitutivo dos processos sociais na sociedade ocidental.

Um século depois, Paul Ricoeur segue o rastro de Nietzsche e outros pensadores e oferece novas reflexões, não para o processo de institucionalização da história, mas para a função do esquecimento numa sociedade que cristalizou algumas memórias e deu espaço para estas lembranças no seio da história. As ideias dos filósofos serão debatidas ao longo do capítulo, contudo de forma geral os dois filósofos estão preocupados com iniciativas que impeçam a produção de novas formas de ver o passado e da relação desses significados para a vida.

Ao analisar a memória dos desastres, o esquecimento e/ou a necessidade dele, normalmente não estão contemplados no escopo de análise, no entanto sua presença contribui como uma “variável importante na equação. O esquecimento pode surgir de diversas formas, não só no trabalho de apagamento do experienciado, mas especialmente em sua negação. Os motivos que levam a possível negação da experiência serão discutidos abaixo.

### **Na relação entre lembrar e esquecer**

O primeiro livro de História Ambiental dedicado a avaliar os eventos extremos a partir do conceito de Desastres Socioambientais (2015), foi organizado por Eunice Sueli Nodari, Marcos Aurélio Espíndola e Alfredo Ricardo Silva Lopes, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina. A obra apresenta uma série de desastres que ocorreram no estado. A definição de Desastre Socioambiental angular para obra, a partir e/ou através da agência humana, permite endossar o lugar das entrevistas de História Oral, na modalidade de História de Vida. Destaca-se assim, a importância de vincular os desastres às histórias de vida, mesmo que os entrevistados(as) insistam em tentar desvincular tais acontecimentos das lembranças cotidianas.

A partir da experiência de campo, percebeu-se que com raras exceções a primeira memória estava relacionada à imagem da destruição deixada pelo desastre que aqueles indivíduos vivenciaram. Entretanto, nos casos que as memórias destoaram do padrão de relato, os entrevistados normalmente se apropriam de relatos de segunda mão para tratar dos acontecimentos, o que ocorre pela ausência no momento do desastre ou por serem crianças e suas lembranças dão conta da diversão que o acontecimento produzia.

A destruição causada pela força das águas, da terra ou do vento, marca a memória coletiva. A força da destruição na narrativa, segundo o antropólogo Oliver-Smith (1999),

vem da crença no mito de que a relação entre os seres humanos e o meio ambiente foi construída pela razão humana, que impôs ordem a uma desordenada, mas maleável, natureza. A condição considerada por entrevistados como de excepcionalidade imposta pelo desastre segue a separação seres humanos-natureza, na qual a racionalidade humana não estaria sujeita às limitações da natureza, em virtude do exercício dessa racionalidade sobre a natureza, emancipando a espécie humana do jugo natural.

A única força que tem mais peso na memória do que a destruição é a morte. Mas a simbologia da morte nesses casos é muito relativa; é inegável que a dor da perda de familiares e amigos ecoe profundamente na memória dos entrevistados. A segurança oferecida pela ideia de domínio da natureza se esvai em situações como essas, pois há casos em que entrevistados narram o trauma de ver pessoas sendo carregadas pela correnteza ou de só encontrarem pedaços de pessoas delas depois dos deslizamentos. Para a socióloga Anne Eyre (2007), a funcionalidade dos rituais de morte está relacionada ao senso de familiaridade e comunidade no pós-desastre, expressando e reforçando o senso de compreensão do evento quando a noção de ordem é temporariamente suspensa durante o choque e a perda (Eyre, 2007).

O caráter traumático das experiências estava presente na maioria das narrativas, em muitos dos casos a palavra “trauma” é trazida espontaneamente pelos entrevistados para atestar um sofrimento que teimava em não ir embora. Ao analisar os abusos da memória, Paul elenca no primeiro momento, em nível patológico, a memória impedida (Ricoeur, 2007). Essa memória é fruto de um acontecimento traumático pautado no sofrimento, que não teria realizado ainda o trabalho de luto, uma forma de aceitar a presença de lembrança carregada de sofrimento (Ricoeur, 2007, p. 83).

O caráter singular é uma das premissas básicas para a definição de um desastre. Entretanto, a percepção dessa singularidade pode variar, principalmente de acordo com a frequência com que esses eventos ocorrem. Em locais que a rotina de enchentes é anual e algumas vezes ocorrem mais de duas enchentes por ano se tem uma percepção diferente de ambientes que não sofrem tanto com a força das águas. Nesses pontos, a frequência dos acontecimentos desastrosos expande a noção de singularidade para longe do esporádico. O mesmo movimento, por exemplo, dá-se nas grandes cidades quando se avalia a percepção das pessoas sobre segurança e violência, a banalização da violência surge como reflexo da esporadicidade dos casos.

Apesar de a singularidade ser um ponto chave nas narrativas sobre os desastres, como destacado no capítulo anterior, as pesquisas históricas que tratam dos desastres precisam considerar os desastres como eventos inscritos em processos (Oliver-Smith,

1999). A despeito do caráter único de cada evento, as formas de lidar com o incidente possuem lastros culturais e sociais que compõem contextos históricos específicos. Aqui a problematização de Ricoeur (2007, p. 83) sobre as utilidades do testemunho é bem vinda:

[...] no próprio interior da esfera histórica o testemunho não encerra sua trajetória com a constituição dos arquivos, ele ressurge no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens. Mais que isso, sob certas formas contemporâneas de depoimentos suscitadas pelas atrocidades em massa do século XX, ele resiste não somente à explicação e à representação, mas até a colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e de despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa.

A relação entre a singularidade conferida aos desastres nas entrevistas e a natureza dos depoimentos das atrocidades do século XX pode ser compreendida pela importância dada, na esfera individual, ao valor do testemunho. Entretanto, é necessário ter cuidado com a proposição de tais similaridades, pois o projeto de futuro que ampara a função do testemunho é diferente. No caso das memórias das atrocidades do séc. XX, o que se buscou foi valorizar a transmissão e recepção de relatos de sofrimentos, conforme Gagnebin (2006, p. 11), indizíveis que devem ser retomados de forma reflexiva para evitar que tais atrocidades se repitam. Em se tratando das memórias sobre desastres, a necessidade do testemunho, que dê conta de transmitir a natureza excepcional dos acontecimentos, esbarra na falta de um projeto de futuro em que tais experiências tenham espaço na sociedade.

Pode-se dizer que o pressuposto central da História Ambiental consiste em avaliar a intensa relação entre seres humanos e o ambiente. Dessa forma, deve-se evidenciar que cada ambiente oferece dinâmicas específicas de interação, o que também se traduz em condições específicas de percepção do ambiente e produção de memórias sobre o ambiente e a interação com ele. Mesmo cada memória individual sendo um ponto de vista sobre a memória coletiva, o grupo produz meios de elencar quais as memórias são aceitas no jogo de negociação que a subsistência do fluxo de memórias produz. Halbwachs (1990) explica que lugar e grupo vão marcando um ao outro a ponto das ações do grupo também se traduzirem em termos espaciais (1990, p. 133).

Em 1984, Nora lançou o conceito dos *lugares de memória* como uma forma de entender os excessos de comemoração que vieram da esteira da materialização da memória (1980 foi denominado o Ano do Patrimônio). Nora via uma França sem tradição, sem oralidade, onde a aceleração da história clama por balizas para a memória, pois para

isso existem lugares de memória, porque não há mais meios para memória (Nora, 1993). Dessa forma, inscrição dos lugares para recordação é submetida pela intencionalidade e utilidade, segundo o historiador, "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais" (Nora, 1993, p. 19).

Christian Pfister (2011) analisa a memória dos desastres e a cultura do risco na Europa ocidental. Na trilha dos lugares de memória explica que as marcas dos níveis de água nos prédios públicos foram convenientemente usadas para comparar a frequência e severidade das enchentes ao logo dos tempos na Alemanha. Nos últimos séculos, o porto de Tönning no norte da Alemanha sofreu com três severas tempestades, e da mesma forma que para as vítimas de guerra, foram construídos memoriais em honra às vítimas das tempestades (Pfister, 2011).

Alfredo Ricardo Silva Lopes (2015) analisa as estratégias para rememoração da enchente de 1974 em Tubarão, Santa Catarina. O município de Tubarão interiorizou na sua história a enchente. É o único da região sul de Santa Catarina que nos últimos anos que realizou seminários para discutir estratégias para mitigação de desastres e até erigiu lugares de memória, fazendo jus ao conceito de Nora, para mobilizar a memória coletiva em nível local. Outro ponto importante é a valorização pela mídia local de matérias que contam histórias de sobrevivência das pessoas comuns à enchente. Na comemoração dos 40 anos do desastre, diversas notícias buscaram dar conta das especificidades da enchente, relembrando a ação da Igreja Católica, do Exército e da Prefeitura Municipal (Lopes, 2015).

O historiador ambiental inglês Greg Bankoff (2009), ao analisar a forma com que os filipinos lidam com os contínuos desastres que incidem sobre o país, explica que a exposição à ameaça constante é essencial para o desenvolvimento de ferramentas culturais para lidar com as intempéries. Não se trata de simplesmente transplantar a aplicabilidade da pesquisa nas Filipinas para o sul de Santa Catarina, pois as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais nesses dois contextos são bem distintas, mas sim perceber algumas similaridades na exposição ao risco e na produção de mecanismos para continuar sobrevivendo e vivendo.

Bankoff (2009, p. 266) explica que nas Filipinas os desastres não são vistos na chave da anormalidade:

[...] para os filipinos, perigos e desastres são simplesmente aspectos aceitos da vida diária, o que pode ser denominada uma frequente

experiência de vida. Pode se dizer, que o desastre não deve ser percebido como uma ocorrência anormal, como usualmente é retratado pelas lentes epistemológicas das ciências sociais ocidentais, mas como um evento cotidiano normal.

O conceito de “normalidade” explicado pelo historiador não quer dizer que os desastres são diários nas Filipinas e os habitantes estão acostumados a eles. O argumento de Bankoff, que pode ser trazido ao sul catarinense para melhor entender a dinâmica do aparecimento das dinâmicas de adaptação das memórias dos entrevistados, vale-se de um alargamento do conceito de normalidade, onde o acontecimento dos desastres é percebido de forma ordinária e cotidiana, por isso, até aceitável.

Uma das estratégias para lidar com os desastres que se estabelece a partir da história de vida dos afetados por desastres é o esquecimento. Analisar o esquecimento sempre parecerá ser algo paradoxal, pois, à primeira vista, uma vez que o objeto da apreciação se esquecido, é considerado perdido no passado.

Nesse caminho, a definição de memória cultural que Aleida Assmann (2011) oferece é valiosa como ponto de partida para entender as constantes estratégias coletivas de recordação que iluminam parcialmente o passado, produzindo as maneiras como indivíduos e grupos constroem sentidos, identidades e orientações para a vida. Esse trabalho de iluminação que enfoca e concentra, implica em esquecimento, pois à medida que ilumina a percepção em uma direção, escurece outra (Assmann, 2011, p. 437).

Na construção dessa memória cultural, a pesquisadora da memória com formação em linguística e literatura inglesa, enfatiza que atualmente as formas de lembrar dos grupos sociais recebem suporte da mídia e, ainda, da totalidade do conhecimento que governa o comportamento humano (Assmann, 2011). Essa percepção de novas formas de produção de memórias surge como resposta às indagações de Pierre Nora sobre o “fim da memória” e a institucionalização dos lugares de memória, como estratégias centralizadoras, portanto, uniformizadoras do lembrar.

Assmann (2011, p. 440) relaciona a ação individual de relembrar e, consecutivamente, reordenar a própria realidade ao exemplo do lixo:

Da recordação – eis uma tese que perpassa esse livro – não se pode desvincular o esquecimento; ela necessariamente participa dele e nele se dilui. No final do livro o vínculo entre recordar e esquecer, em sua forma paradoxal, voltou a revelar-se no exemplo do lixo, tematizado por artistas e escritores como um arquivo inverso. A dedicação memorativa ao lixo e ao esquecimento não é implausível de uma cultura que desde a era moderna apostou programaticamente em inovação e por isso encheu até as bordas o cesto de lixo da história.

Esse lixo seria a materialidade do mundo que insiste em oferecer às lembranças novos suportes, amparados em novas percepções e/ou em novas formas de visitar as antigas memórias. Diferente de Nora, que era seu próprio editor, Assmann não acredita em desaparecimento da memória, mas, sim, que determinadas culturas em determinados contextos históricos conferem mais ou menos créditos a diferentes formas de lembrar o passado.

Com base nas reflexões de Ricoeur (2007), o esquecimento pode ser constantemente relacionado à finitude da existência humana e nessa competição lembrar para escrever se tornou equivalente a inscrever para a eternidade. Lembra Ricoeur que o esquecimento também “é o emblema da vulnerabilidade da epistemologia da história” e dirige sua crítica contra o ambicioso anseio da reflexão total (Ricoeur, 2007, p. 423).

O filósofo então defende uma nova forma de trabalhar a memória, a justa memória, uma noção muito cara a ele, teria algo em comum com a renúncia da reflexão total. A noção de justa memória, defendida por Ricoeur no seu livro síntese, relaciona-se tanto com o “dever de memória”,<sup>1</sup> quanto com os excessos da memória<sup>2</sup>, neste caso a defesa de uma política da justa memória está inclusa na possibilidade de uma memória esclarecida pela historiografia (Ricoeur, 2007, p. 427). A falta de uma definição precisa de como esta justa memória deveria agir é condizente com o entendimento de que a política de justa memória é um empreendimento de equalização da memória coletiva conforme as demandas sociais e culturais dos diferentes grupos humanos.

Nessa perspectiva, pode-se defender a noção de justa memória para lidar com as memórias dos desastres, como uma iniciativa capaz de aprimorar a resiliência dos indivíduos inseridos em situação de risco. Nesse ponto, o esquecimento desempenharia um papel que, ao extinguir a lembrança do desastre, aumentaria a situação de risco em que as pessoas se encontram. Entretanto, como o próprio Ricoeur destaca, existem dois tipos de esquecimento. O primeiro, esquecimento de reserva, não dissipa totalmente as lembranças de experiências pretéritas, ele as inscreve na memória para situações futuras. Como exemplo, para esta maneira de lidar com o passado tem-se o trabalho de luto. A

---

<sup>1</sup> A formulação de dever de memória, relacionada à verdade e justiça e tendo o holocausto como modelo de ação para outros grupos que buscam afirmar suas memórias no espaço público, memórias que evocam processos de violência ou de discriminação. HEYMANN, L. Q. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, A. de C. (org.) *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-43.

<sup>2</sup> Por excessos da memória compreendem-se os empreendimentos de cristalização da memória coletiva ou histórica que, como por exemplo as comemorações cívicas, contribuem para definir identidades e legitimidades políticas. Elas não constituem apenas meio de produzir consenso; elas podem revelar tensões e conflitos. FERREIRA, M. de M. História oral, comemorações e ética. *Projeto História, Ética e história oral*, São Paulo, n. 15, p.157-164, abr. 1997.

segunda forma de esquecimento, o definitivo, não contempla nem os rastros deixados pelas reminiscências, no estatuto do esquecimento definitivo estão os acontecimentos que individualmente não poderão mais ser acessados (Ricoeur, 2007, p. 427).

Apesar de momentos muito funcionalistas como o “cérebro recorda a memória útil” (Ricoeur, 2007, p. 428), o filósofo não traz um ponto final para o lugar do esquecimento na memória, para ele o esquecimento destruidor é também fundador, pois “não há, para vistas humanas, ponto de vista superior de onde se vislumbraria a fonte comum ao destruir e ao construir. Não há, para nós, balanço possível dessa grande dramaturgia do ser” (Ricoeur, 2007, p. 451).

Para Gagnbin (2006, p. 105), “a aproximação elaborada por Ricoeur entre trabalho e elaboração, é que permite sair da repetição, finalizando o trabalho de luto, que possibilita uma nova ancoragem para a vida”. Ela defende que o lembrar ativo é fruto de um trabalho de elaboração e de luto do passado, onde esforço de compreensão e esclarecimento são a tônica para encontrar o passado por meio do presente, “um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos” (Gagnbin, 2006, p. 105).

A materialidade do esquecimento também deve ser levada em consideração ao se analisar as possíveis funções do esquecimento em se tratando de desastres. O neurologista Ivan Izquierdo em *A Arte de Esquecer* (2010) elenca uma série de pesquisas médicas em que o cérebro “trabalha” para produzir o esquecimento de determinadas lembranças, como exemplos: a dor de um parto, uma crítica feroz, o número do telefone do médico. O leitor de Jorge Luis Borges se vale de uma escrita simples para explicar os mecanismos cerebrais que produzem a saturação das memórias de curto e longo prazo, defendendo o argumento de que esquecer é central à vida humana. Izquierdo explica que o esquecimento é um processo adaptativo em que a falta de atividade de caminhos neurais dá espaço ao emaranhamento de outros caminhos (Izquierdo, 2010).

A dinâmica da rememoração em espaços que escolheram lembrar dos desastres normalmente toma contornos históricos. Seja pela valorização do peculiar em livros de história local, em que o acontecimento é visto como um fato marcante por ter irmanado os habitantes e dado um novo futuro à localidade. Ao analisar os usos emergentes da história oral nos Estados Unidos da América, a historiadora Mariana Cavalcanti explora o uso de meios digitais pelas pessoas que testemunharam a passagem do furacão (2009) Katrina. No trabalho, Cavalcanti debate a produção de testemunho para a construção de narrativas hegemônicas e, ainda, discute a multiplicação dos relatos de vítimas em função

da disponibilidade de meios para alocação desses fragmentos, como, por exemplo, o endereço eletrônico Youtube.

Para a compreensão desse momento de florescimento das memórias do desastre é necessário novamente se valer de algumas interpretações sobre as formas de lidar com os traumas. O sociólogo Michael Pollak (1989), pesquisador fascinado pelas intencionalidades relacionadas ao esquecimento e ao silêncio no pós-guerra, avalia as estratégias dos sobreviventes para trazer seus traumas individuais, algumas vezes destoantes da memória enquadrada. Um dos pontos altos da narrativa de Pollak é a aceitação de um silêncio temporário por parte de seus entrevistados, que no final da vida, ao sentir a proximidade da extinção da existência, buscam comunicar as experiências traumáticas que há muito estavam sepultadas em zonas ditas esquecidas (Pollak, 1989).

Nos contextos em que o esquecimento, já não é mais uma possibilidade surge cada vez mais espaço para o excepcional. Uma narrativa que ao flertar com o inexplicável, por tentar descrever sentimentos, pensamentos e traumas, como defende Ricoeur, encontra forças para deixar claro que “quem diz intransmissível não fala indizível” (Ricoeur, 2007, p.459).

De forma geral, em raros lugares os desastres não são vistos como momentos de excepcionalidade. Em parte, a religiosidade serve como explicação para reprodução desse modelo, ao balizar a experiência na mitologia do dilúvio que oferece ao indivíduo a representação que a sobrevivência ao desastre, da mesma forma que o protagonista Noé, assegura a aprovação pela divindade da existência do sobrevivente (Lopes, 2018). Como lembra Ricoeur, todo direcionamento produz um esquecimento passivo, o problema surge quando a “estratégia ativa [d]esse tipo de esquecimento acarreta a responsabilidade da negligência nas situações de não-agir” (Ricoeur, 2007, p. 456).

## **Considerações finais**

A crescente intensificação dos desastres no contexto contemporâneo, longe de ser um fenômeno episódico ou desvinculado da ação humana, revela as camadas profundas da crise ecológica moderna. A noção de desastre socioambiental desloca o olhar das explicações naturalizantes para aquilo que, de fato, deve ser compreendido como o resultado de uma longa relação entre sociedade e ambiente. O Antropoceno, ainda que negado pela Comissão Internacional de Estratigrafia como época formal, permanece como conceito fértil para pensar a magnitude da transformação humana sobre o planeta.

Nesse cenário, a História Ambiental se oferece como uma resposta epistemológica e ética frente aos desafios de representar a complexidade da vida no planeta. Suas premissas recusam as dicotomias entre cultura e natureza, ao mesmo tempo em que se abrem para múltiplos sujeitos e escalas de análise. Ao incorporar o ambiente como agente constitutivo da experiência histórica, a História Ambiental tensiona o campo historiográfico e expande sua responsabilidade diante das urgências do tempo presente.

A História Oral, assim, emerge como ferramenta metodológica e política. Ao se aproximar das experiências e memórias dos atingidos, ela propõe não apenas o registro de vozes silenciadas, ao materializar as narrativas que normalmente escapariam aos arquivos tradicionais. A palavra do sobrevivente, marcada por dor, lapsos e silêncios, revela os limites da história escrita e das epistemologias da distância. O contato com a experiência, ainda que fragmentária, evidencia que o conhecimento sobre os desastres não se esgota nas estatísticas e pulsa na voz hesitante de quem viu, sentiu e lembra. A subjetividade que emerge dessas entrevistas traz contribuições valiosas para a formulação de políticas públicas, pois traduz o impacto vivido em termos de sentido.

A teoria da memória, nos seus entrelaçamentos entre o individual e o coletivo, oferece balizas para compreender como os desastres são lembrados, esquecidos e narrados. A memória aparece como campo de disputa, reconstrução e identidade. Longe de ser mero depósito de lembranças, é uma operação simbólica, carregada de valores e intenções. A memória do desastre, por isso, não é neutra — ela é fruto de escolhidas, moldada, às vezes manipulada, e quase sempre localizada em espaços, rituais, testemunhos e ausências. É nessa chave que o esquecimento também deve ser analisado: não como falha, mas como parte constitutiva do próprio processo memorial.

O esquecimento, por sua vez, não deve ser compreendido apenas como ausência ou falha. Como argumentam Nietzsche, Ricoeur e Assmann, esquecer é também viver. O esquecimento atua como condição para o luto, para o recomeço e para a reorganização do presente. Em comunidades marcadas pela recorrência dos desastres, esquecer torna-se estratégia de sobrevivência. Mas é preciso distinguir entre o esquecimento que preserva e o que apaga. O primeiro guarda em reserva, reorganiza a memória para momentos futuros. O segundo, mais perigoso, dissolve o passado a ponto de tornar impossível o aprendizado. Ricoeur propõe, nesse sentido, a “justa memória” como horizonte: nem culto ao trauma, nem apagamento da dor. Um equilíbrio ético entre lembrar e seguir em frente.

Nesse ponto é que o presente artigo encontra sua contribuição mais significativa: ao articular a memória e o esquecimento dos desastres como dimensões

interdependentes da experiência social e histórica, ele revela que o passado, para ser útil, precisa ser elaborado — não apenas celebrado ou ignorado. Ao se abrir para o testemunho dos sobreviventes, a História Ambiental e a História Oral encontram uma via para compreender a catástrofe não como ruptura inexplicável, mas como síntese de processos históricos e materiais. Assim, ao reconhecer que toda recordação ilumina apenas uma parte da experiência humana, este trabalho também nos convida a considerar, com atenção e responsabilidade, em função da crise ambiental contemporânea, tudo aquilo que é relegado ao esquecimento. Afinal, se o processo de rememoração e narração são feitos com escolhas, o esquecimento também seria.

## Referências

- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ANDRADE, W. K. G. de. *A relação entre percepção e memória no pensamento de Henri Bergson*. São Paulo: UFSCar, 2009.
- ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.
- BANKOFF, G. *Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines*. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (orgs.) *Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history*. Plymouth: Lexington Books, 2009. p. 265-284.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BURTON, I.; KATES, R. W. The perception of the natural hazard in resource management. *Natural Resources Journal*, v. 3, n. 3, p. 412-441, 1964. In:
- KUNREUTHER, H.; ROSE, A. Z. (orgs.) *The economics os natural hazards*. Cheltehem: Edward Elgar, 2004.
- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- EYRE, A. Remembering: community commemoration after disaster In: RODRÍGUEZ, H. et al. (Eds.). *Handbook of Disaster Research*. New York: Springer, 2007. p. 441-455.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer: cérebro e memória*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.
- LOPES, A. R. S. *Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- LOPES, A. R. S. Memórias coletivas, traumas individuais: as memórias dos desastres socioambientais no sul de Santa Catarina (1974-2004). *História: Questões & Debates*, v. 69, n. 1, p. 302-320, 2021.
- MONTENEGRO, A. T. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NIETZSCHE, F. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Loyola, 2005.
- NODARI, E. S.; ESPINDOLA, M. A.; LOPES, A. R.S. *Desastres socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVER-SMITH, A. Theorizing Disasters. In: OLIVER-SMITH, A. et al. (orgs.). *Catastrophe & Culture: Anthropology of Disaster*. New Mexico: School of American Research Press, 2001.
- PFISTER, C. *The monster swallows you: disaster memory and risk culture in Western Europe, 1500-2000*. Rachel Carson Center: Munich, 2011.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- RICOEUR, P. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- SCHMIDT, M. L.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 1993.
- SOBRINHO, N. C. de M. Apresentação e comentário. In. NIETZSCHE, F. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2005.

## NOTAS

### AUTORIA

**Alfredo Ricardo Silva Lopes**

Doutor em História

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Departamento de Educação do Campo, Florianópolis, Santa Catarina

[alfredo.lopes@ufsc.br](mailto:alfredo.lopes@ufsc.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-2884-1701>

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITORES

Eunice Sueli Nodari, Jo Klanovicz e Hernani Ciro Santana.

## HISTÓRICO

Recebido em: 30-07-2025 – Aprovado em: 25-09-2025 – Publicado em: 09-12-2025